Terça-feira 11 de junho de 2013

- Tendo em conta o artigo 6.º, n.º 2, e o artigo 7.º do seu Regimento,
- Tendo em conta o relatório da Comissão dos Assuntos Jurídicos (A7-0195/2013),
- A. Considerando que o Procurador-Geral da República da Polónia solicitou o levantamento da imunidade parlamentar de uma deputada ao Parlamento Europeu, Małgorzata Handzlik, articulando-a com uma investigação e com uma eventual ação judicial referente ao cometimento de um alegado delito;
- B. Considerando que, nos termos do artigo 9.º do Protocolo n.º 7 relativo aos Privilégios e Imunidades da União Europeia, os deputados ao Parlamento Europeu gozam no seu território nacional das imunidades reconhecidas aos membros do Parlamento do seu país;
- C. Considerando que o artigo 105.º, n.º 2, da Constituição da República da Polónia prevê que os deputados só possam ser processados com a anuência do Parlamento;
- D. Considerando que o pedido apresentado pelo Procurador-Geral diz respeito a uma ação judicial relativa a um alegado crime nos termos do Código Penal polaco, de 6 de Junho de 1997;
- E. Considerando que, substantivamente, a alegação se relaciona com a tentativa de violação do disposto nos artigos 270.º, n.º 1, e 286.º, n.º 1, do referido Código, que dizem respeito, respetivamente, a fraudes e à falsificação de documentos;
- F. Considerando que Małgorzata Handzlik foi efetivamente acusada de ter tentado cometer uma fraude contra os interesses financeiros da União, por supostamente ter apresentado documentos falsos com o propósito de obter o reembolso das despesas de frequência de um curso de línguas que, de facto, não frequentou;
- G. Considerando que as alegadas ações não constituem opiniões ou votos expressos no exercício das funções dos deputados ao Parlamento Europeu, na aceção do artigo 8.º do Protocolo n.º 7 relativo aos Privilégios e Imunidades da União Europeia;
- H. Considerando, no entanto, que, atendendo às circunstâncias em que o processo de Małgorzata Handzlik foi conduzido pelas várias autoridades envolvidas, ao diminuto montante em causa e à natureza e proveniência incerta das provas, subsistem sérias dúvidas quanto a todo o procedimento;
- I. Considerando, pois, que parece poder partir-se do pressuposto da existência de um caso de *fumus persecutionis*;
- J. Considerando que a imunidade de Małgorzata Handzlik não deve, por conseguinte, ser levantada;
- 1. Decide não levantar a imunidade de Małgorzata Handzlik;
- 2. Encarrega o seu Presidente de transmitir de imediato a presente decisão, bem como o relatório da sua comissão competente, ao Procurador-Geral da República da Polónia e a Małgorzata Handzlik.

P7_TA(2013)0238

Pedido de levantamento da imunidade parlamentar de Alexander Alvaro

Decisão do Parlamento Europeu, de 11 de junho de 2013, sobre o pedido de levantamento da imunidade de Alexander Alvaro (2013/2106(IMM))

(2016/C 065/28)

O Parlamento Europeu,

- Tendo em conta o pedido de levantamento da imunidade de Alexander Alvaro, transmitido em 8 de maio de 2013 pelo Ministério Federal da Justiça alemão, em conexão com um processo pendente perante o Procurador-Geral de Colónia (Alemanha) e comunicado em plenário a 23 de maio de 2013,
- Tendo dado a Alexander Alvaro a oportunidade de ser ouvido nos termos do artigo 7.º, n.º 3, do seu Regimento,

Terça-feira 11 de junho de 2013

- Tendo em conta o artigo 9.º do Protocolo n.º 7 relativo aos Privilégios e Imunidades da União Europeia e o artigo 6.º, n.º 2 do Ato de 20 de setembro de 1976 relativo à eleição dos Representantes ao Parlamento Europeu por Sufrágio Universal Direto,
 - Tendo em conta o artigo 46.º da Lei Fundamental Alemã (*Grundgesetz*),
 - Tendo em conta o artigo 6.º, n.º 2, e o artigo 7.º do seu Regimento,
 - Tendo em conta o relatório da Comissão dos Assuntos Jurídicos (A7-0188/2013),
- A. Considerando que o Procurador-Geral de Colónia (Alemanha) solicitou o levantamento da imunidade parlamentar de Alexander Alvaro, membro e Vice-Presidente do Parlamento Europeu, em conexão com o início de um processo de inquérito relativo a um alegado delito;
- B. Considerando que o pedido do Procurador-Geral está ligado a investigações relativas a um certo acidente rodoviário em que Alexander Alvaro está implicado;
- C. Considerando que, nos termos do artigo 9.º do Protocolo n.º 7 relativo aos Privilégios e Imunidades da União Europeia, os deputados gozam, no seu território nacional, das imunidades reconhecidas aos membros do Parlamento do seu país;
- D. Considerando que, nos termos do artigo 46.º, n.º 2 da Lei Fundamental alemã (*Grundgesetz*) os deputados não podem ser responsabilizados por atos sujeitos a sanção penal sem a autorização do Parlamento, a não ser que sejam detidos em flagrante delito ou no decurso do dia seguinte;
- E. Considerando que, por consequência, o Parlamento deve levantar a imunidade parlamentar de Alexander Alvaro para que o processo contra este possa avançar;
- F. Considerando que o artigo 9.º do Protocolo relativo aos Privilégios e Imunidades da União Europeia e o artigo 46.º, n.º 2 da *Grundgesetz* alemã não obstam ao levantamento da imunidade de Alexander Alvaro;
- G. Considerando que é por conseguinte conveniente que a imunidade parlamentar seja levantada no caso em questão;
1. Decide levantar a imunidade de Alexander Alvaro;
 2. Encarrega o seu Presidente de transmitir de imediato a presente decisão, bem como o relatório da sua comissão competente, às autoridades competentes da República Federal da Alemanha e a Alexander Alvaro.
-